

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.271 - PR
(2019/0234279-6)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : EDI DE OLIVEIRA VIEIRA
AGRAVANTE : MARIA IRACLEZIA DE ARAUJO
ADVOGADO : MARCIO RODRIGO FRIZZO E OUTRO(S) - PR033150
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SOLON MENDES DA SILVA - RS032356
MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE E OUTRO(S) - SC015655

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 453-459, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 422-423, e-STJ, proferida pela Presidência desta Corte Superior. Passo à nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL HIPOTECÁRIA. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO CONTRÁRIO A SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

RAZÕES RECURSAIS INAPTAS A DEMONSTRAR A NECESSIDADE DE ANÁLISE DO RECURSO PELO ÓRGÃO COLEGIADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE A DECISÃO AGRAVADA ESTARIA INCORRETA OU QUE A SÚMULA SERIA INAPLICÁVEL AO CASO DOS AUTOS. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS ENFRENTADOS NO PRONUNCIAMENTO MONOCRÁTICO.

AGRAVO INTERNO ACOLHIDO E NÃO PROVIDO.

Nas razões do especial, apontam os agravantes violação dos artigos 11, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição, pelo relator, dos embargos de declaração sem suprimento da omissão referente à análise da ausência de previsão contratual quanto à incidência da capitalização mensal de juros, bem como que a atualização do débito, com a inserção dos juros capitalizados não obedeceu ao pactuado, qual seja a metodologia da capitalização anual.

Alega desacerto no acórdão de origem que admitiu a incidência da capitalização mensal de juros sem previsão contratual para tal.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, não há espaço para apreciação dos supostos vícios ocorrido na decisão singular proferida na origem, haja vista o necessário exaurimento da instância ordinária, bem como a ocorrência a convalidação quando do julgamento do agravo Regimental ou Interno perante o órgão Colegiado.

Vejam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.

1. Os aclaratórios opostos em face de acórdão e rejeitados por decisão monocrática na origem não ensejam o exaurimento de instância, imprescindível para autorizar a interposição do recurso especial. Incidência da Súmula 281/STF.

2. (...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1527034/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 14/2/2020)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ART. 557 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA.

1. Eventual nulidade da decisão monocrática, nos termos do artigo 557 do CPC/1973, fica superada com a reapreciação do agravo regimental pelo órgão colegiado.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1533044/AC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 2/2/2017)

No que concerne à alegada não pactuação da capitalização de juros, verifica-se que nas razões do recurso especial não houve indicação de quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido violados pelo acórdão local, ressaltando-se que na instância ordinária não se aplica o brocardo *jura novit curia*, de modo que incide o verbete n. 284, do STF.

De igual teor:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. (...)

3. (...)

4. Agravo interno a que nega provimento.

(AgInt no AREsp 1126226/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/10/2017)

Ademais, mesmo que o mencionado tema superasse o apontado óbice sumular, ainda assim, a pretensão não obteria êxito.

A Segunda Seção deste Tribunal consolidou seu entendimento no julgamento do Recurso Especial n. 973.827/RS, sob o rito dos repetitivos, do qual fui Relatora para o acórdão.

Firmou-se, na ocasião, que, nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-36/2001, e desde que expressamente pactuada, a capitalização dos juros é admissível em período inferior a um ano.

No mesmo julgamento, assentou-se também que *"a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada"* (REsp 973.827/RS, acórdão de minha relatoria, DJe de 24.9.2012).

No caso dos autos, a Corte local confirmou a decisão singular do relator, integrados pelos embargos de declaração rejeitados, concluindo que a capitalização mensal foi expressamente pactuada (fls. 318-319, e-STJ):

Ao contrário, não traz qualquer argumento novo capaz de informar a decisão monocrática, voltando a defender as mesmas razões expostas

Superior Tribunal de Justiça

na apelação cível e nos embargos de declaração, de que a instituição financeira teria cobrado juros capitalizados mensalmente, quando haveria pactuação apenas da capitalização anual.

Contudo, conforme visto na decisão monocrática agravada, ao contrário do que sustentam, extrai-se da ficha gráfica de mov 1 5 que a instituição financeira cobrou apenas os juros capitalizados anualmente, tal como pactuado entre as partes, conforme consta da descrição dos cálculos aplicados na ficha gráfica: "TAXAS UTILIZADAS NO CÁLCULO: NORMALIDADE - JUROS à taxa de 5 000% ao ano, debitados e capitalizados anualmente - PERIODICIDADE CIVIL 365/366 dias. INADIMPLEMENTO:- JUROS à taxa de 5.000% ao ano, debitados e capitalizados anualmente; - JUROS DE MORA à taxa de 1.000% ao ano, debitados ao final: - MULTA de 2.000% sobre o saldo devedor final. - PERIODICIDADE CIVIL 365/366 dias " (mov. 15).

Portanto, havendo pactuação expressa da capitalização anual (tópico encargos financeiros - mov. 14) e cobrança de juros capitalizados anualmente na ficha gráfica, tal como pactuado, correta a manutenção da sentença na decisão monocrática agravada.

Observo que o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação desta Corte Superior. Rever tais premissas lançadas no acórdão atacado esbarrariam nos óbices das Súmulas nº 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora